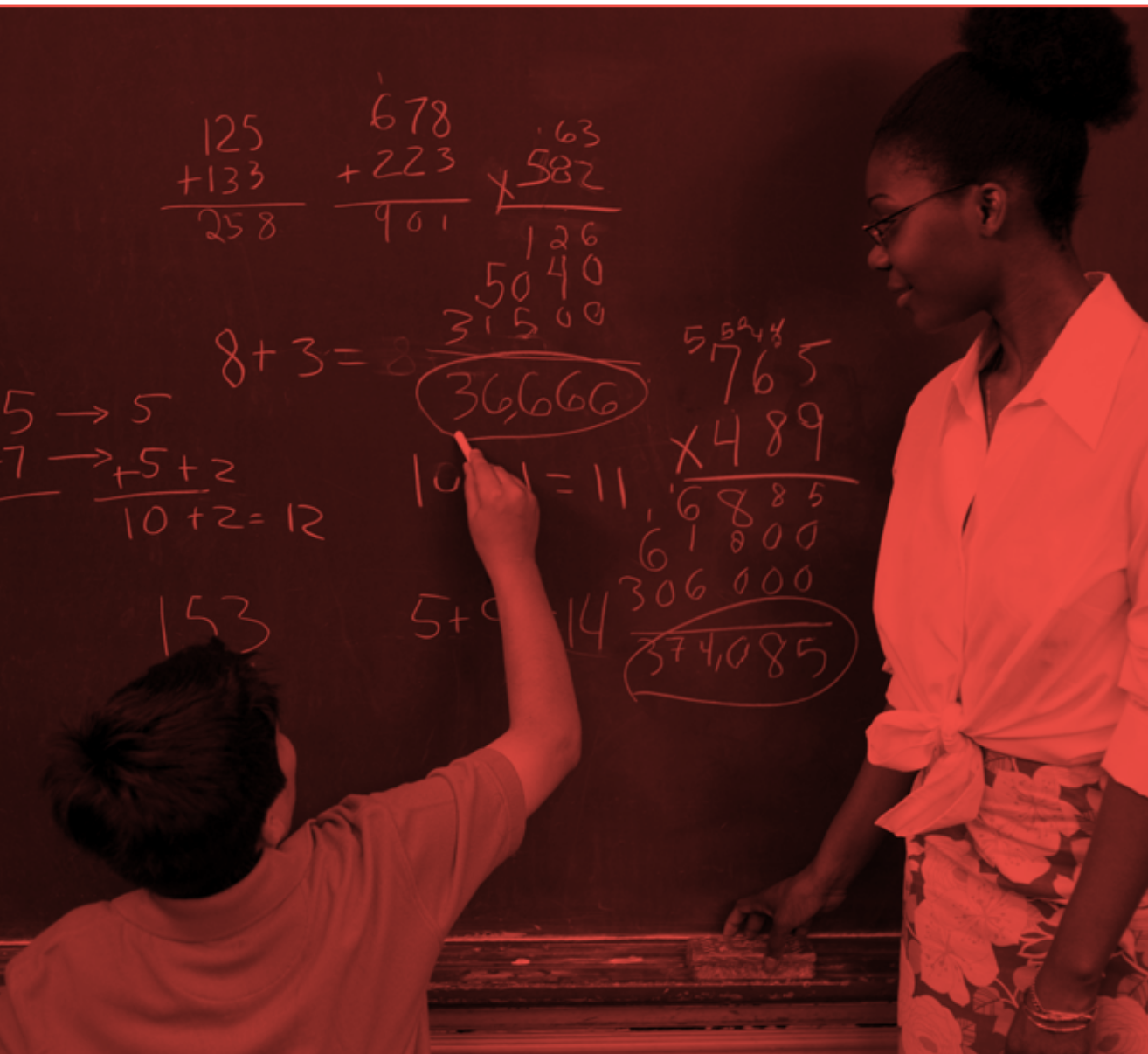
TRABALHO DOCENTE
EM TEMPOS
DE PANDEMIA
RELATÓRIO TÉCNICO
GESTRADO
UFMG
CNTE
Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
Brasil

Entidades Filiadas à CNTE

AFUSE/SP - Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação
APEOC/CE - Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais Ceará
APEOESP/SP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APLB/BA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia
APMC/PR - Sindicato Dos Trabalhadores em Educação Pública de Colombo
APMI/RS - Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal de Ijuí
APP/PR - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
ASPROLF/BA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Lauro de Freitas
CPERS/RS - Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação
FETEMS/MS - Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul
SAE/DF - Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas no Distrito Federal
SIMMP/VC/BA - Sindicato do Magistério Municipal Público de Vitória da Conquista
SIMPERE/PE - Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial de Recife
SINDEDUCAÇÃO - Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal de São Luis/MA
SINDIPEMA/SE - Sindicato dos Profissionais de Ensino do Município de Aracaju
SINDIUPES/ES - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo
SINDIUTE/CE - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará
SINDTEC/BA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de Correntina
Sind-UTE/MG - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
SINPC/PE - Sindicato dos Professores do Cabo de Santo Agostinho
SINPEEM/SP - Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo
SINPMOL/PE - Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Olinda
SINPRO/DF - Sindicato dos Professores no Distrito Federal
SINPROCAN/RS - Sindicato dos Professores Municipais de Canoas
SINPROESEMMA/MA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão
SINPROJA/PE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município do Jaboatão dos Guararapes
SINPROSM/RS - Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria
SINPROSUL/PI - Sindicato dos Professores Municipais do Extremo Sul do Piauí
SINSEPEAP - Sindicato dos Servidores Públicos em Educação do Amapá
SINTE/PI - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí
SINTE/RN - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública do Rio Grande do Norte
SINTE/SC - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina
SINTEAC/AC - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre
SINTEAL/AL - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas
SINTEAM/AM - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas
SINTEFRAMO - Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Francisco Morato
SINTEGO/GO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás
SINTEM/PB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa
SINTEP/MT - Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso
SINTEP/PB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba
SINTEPE/PE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco
SINTEPP/PA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará
SINTER/RR - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima
SINTERG/RS - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande
SINTERO/RO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia
SINTERPUM/MA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Timon
SINTESE/SE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial de Sergipe
SINTET/TO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins
SISE/BA - Sindicato dos Servidores em Educação no Município de Campo Formoso
SISMMAP/PR - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Paranaguá
SISMMAR/PR - Sindicato Dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária
SISPEC/BA - Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal de Camaçari

APRESENTAÇÃO

A pandemia de Coronavírus (Covid-19) enfrentada na atualidade tem impactado fortemente os sistemas educacionais em todo o mundo, ensejando novas situações de trabalho.

Além das complexas questões pedagógicas relativas ao ensino remoto, a discussão sobre o contexto atual do trabalho docente envolve o tema da infraestrutura das escolas, das condições sociais e de saúde de toda a comunidade escolar. O debate envolve ainda, as questões relativas às condições de trabalho dos profissionais de educação tanto no que se refere às adaptações necessárias para a oferta de educação remota quanto à retomada das atividades presenciais, quando isso for possível, já que eles se encontram na linha de frente do processo de reorganização escolar.

Nesse contexto, a presente pesquisa "Trabalho Docente em Tempos de Pandemia" buscou conhecer os efeitos das medidas de isolamento social em função da pandemia da Covid-19 sobre o trabalho docente na Educação Básica nas redes públicas de ensino no Brasil. A pesquisa procurou conhecer quais atividades estão sendo desenvolvidas pelos docentes e em que condições, durante o período de isolamento social.

Assim, convidamos-lhes a conhecer os resultados desta pesquisa realizada com professores(as) das redes públicas de todos os estados do país. Nossa expectativa é de as informações tratadas na pesquisa possam contribuir para o debate responsável e necessário sobre as condições atuais que enfrentam a educação básica pública no Brasil.

SOBRE A PESQUISA

A pesquisa foi realizada pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTRADO/UFMG), sob a coordenação da Professora Dra. Dalila Andrade Oliveira.

O GESTRADO/UFMG é responsável pelo desenho metodológico da pesquisa, construção do instrumento de coleta de dados, além da sistematização e análise dos resultados.

Nesta investigação, o público-alvo contempla os(as) professores(as) da Educação Básica das redes públicas estaduais e municipais. Conforme dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2019, esse universo abrange cerca de 1,7 milhões de profissionais.

A coleta de dados ocorreu por meio de questionário on-line autoaplicado, disponibilizado na plataforma Google Forms. Os dados foram coletados no período de 8 a 30 de junho de 2020.

A pesquisa contou com a parceria da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), na mobilização dos respondentes e na divulgação dos resultados.

A amostra da pesquisa foi constituída por 15.654 professores(as) das redes públicas da Educação Básica. Isso após analisar o banco de dados e eliminar os questionários com preenchimento incompleto e os casos duplicados.

Sobre os tópicos pesquisados, as questões foram distribuídas em quatro blocos: 1. Perfil dos(as) respondentes; 2. Utilização de tecnologias digitais; 3. Docentes com aulas suspensas; e 4. Desenvolvimento de atividades escolares remotas. A seguir, passamos a descrever alguns dos resultados obtidos na pesquisa.

PERFIL DOS RESPONDENTES

As primeiras informações sobre os 15.654 professores(as) da Educação Básica das redes públicas foram referentes às características demográficas e à vinculação profissional.

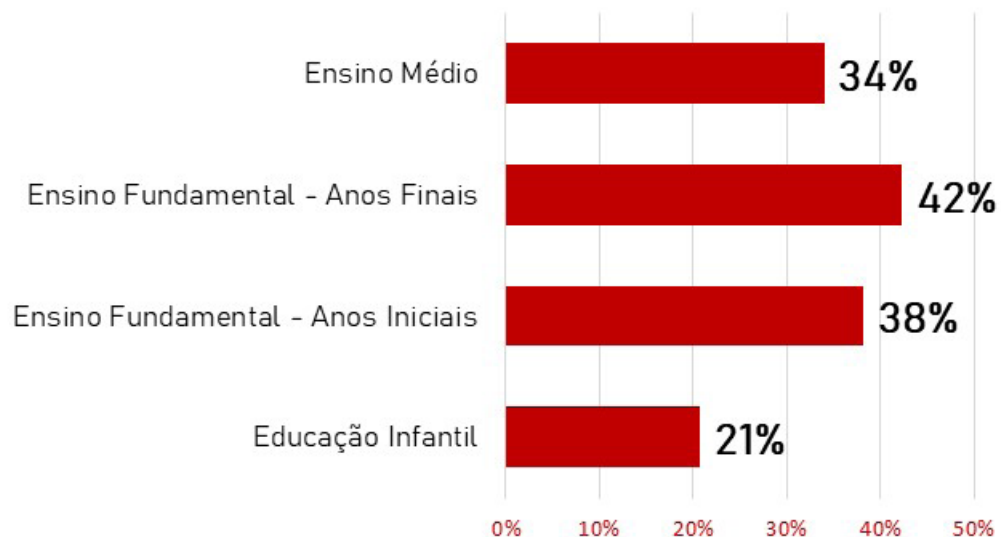
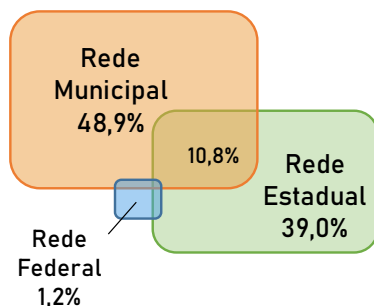
Norte (9%)	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO		
	433	202	84	116	454	56	64		
Nordeste (35%)	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
	219	410	2.235	61	1.326	681	113	273	153
Centro-Oeste (17%)	DF	GO	MT	MS					
	375	214	709	1.434					
Sudeste (23%)	ES	MG	RJ	SP					
	755	1.783	246	779					
Sul (16%)	PR	RS	SC						
	1.600	620	259						

CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

Faixa etária	Feminino	Masculino	Total
Até 29 anos	5,5%	2,3%	7,8%
De 30 a 39 anos	20,6%	6,6%	27,3%
De 40 a 49 anos	30,2%	7,0%	37,2%
De 50 a 59 anos	19,0%	4,7%	23,7%
60 anos ou mais	3,0%	1,0%	4,0%
Total	78,3%	21,7%	100,0%

- **Todos os estados foram abrangidos pela pesquisa**, o que nos permite obter informações sobre a situação do trabalho remoto no contexto da pandemia do Coronavírus 19 em todo o país.
- **Cinco estados tiveram mais de 1.000 respondentes** (Ceará, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso do Sul e Paraíba).

- **As mulheres representam 78% dos respondentes**, sendo que metade dos professores participantes da pesquisa é constituída por mulheres com idade entre 30 a 49 anos.

VINCULAÇÃO PROFISSIONAL

- **9 em cada 10 professores(as)** atuam exclusivamente em uma única rede de ensino.
- **69% dos(as) professores(as)** atuam em uma única etapa/ subetapa da Educação Básica.
- **6 em cada 10 professores(as)** lecionavam somente no Ensino Regular.
- **Em relação às modalidades de ensino**, do total de respondentes: 22,1% atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA); 9,8% na Educação Especial; 7,4% na Educação Profissional e Tecnológica; 5,7% na Educação do Campo; e 0,7% na Educação Escolar Indígena e Quilombola.

UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS

Antes mesmo da pandemia, as tecnologias digitais já se encontravam cada vez mais demandadas no cotidiano dos professores da Educação Básica. Com a suspensão das aulas presenciais em decorrência do isolamento social resultante das medidas de prevenção à COVID 19, o domínio dessas tecnologias tornou-se necessidade básica.

O quadro pesquisado evidenciou o caráter de novidade trazido pela realização de aulas a distância. Adicionalmente, revelou-se a ausência de formação específica para grande parte dos(as) professores(as). Como pode ser observado nos dados:

EXPERIÊNCIA COM AULAS REMOTAS

O isolamento social impôs novas rotinas de trabalho aos docentes. A oferta de ensino remoto, utilizando de meios tecnológicos pouco usuais no trabalho presencial, tem sido uma novidade e um grande desafio para a maioria dos(as) professores(as). A experiência desses profissionais com a realização de aulas remotas aumenta com o avanço das etapas da Educação Básica. Porém, **o nível de dificuldade para lidar com tecnologias digitais é semelhante** entre as etapas. Somente 28,9% dos respondentes afirmam possuir facilidade para o seu uso.

As dificuldades são ainda maiores quando os docentes não receberam nenhuma formação para a utilização de ferramentas tecnológicas necessárias ao desenvolvimento das atividades remotas.

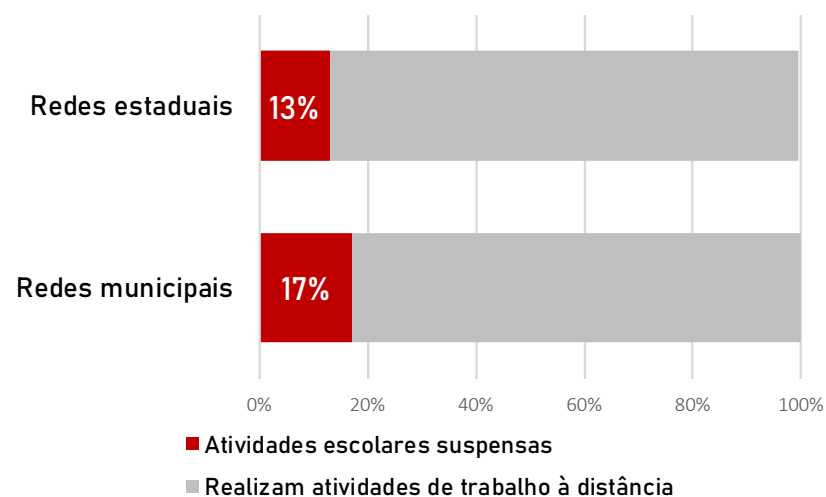
Entretanto, observa-se uma diferença significativa entre os que tiveram acesso à formação em relação à dependência administrativa a que estão vinculados. A proporção de professores(as) das Redes Municipais de Ensino (53,6%) que NÃO recebeu nenhum tipo de formação para uso de tecnologias digitais é mais que o dobro que a dos(as) professores(as) das Redes Estaduais de Ensino (24,6%).

Entre os(as) professores(as) que relataram ter participado ou estar participando de atividades de formação para o uso de tecnologias digitais, a maior parte afirma que essas atividades são oferecidas pelas Secretarias de Educação. A segunda situação mais usual é aquela na qual o docente afirma ter acesso a tutorial on-line com informações sobre como utilizar as ferramentas virtuais.

NOVAS CONFIGURAÇÕES DA ATIVIDADE DOCENTE

Afinal, como ficou o trabalho dos professores(as) da Educação Básica pública no país após o distanciamento social decorrente da pandemia da Covid-19?

Embora exista distanciamento social em função da Covid-19, **a grande parte (84%) dos(as) professores(as) continua a desenvolver atividades de trabalho de forma remota**.

A suspensão das atividades escolares atingiu com maior intensidade os(as) professores(as) das Redes de Ensino Municipais. Isso comparado aos das Redes de Ensino Estaduais.

DOCENTES COM AULAS SUSPENSAS

Embora 15,8% dos(as) professores(as) respondentes da pesquisa não estivessem realizando atividades escolares não presenciais, eles foram avaliados quanto ao preparo para a realização dessa forma de ensino e à disponibilidade de recursos tecnológicos para tal.

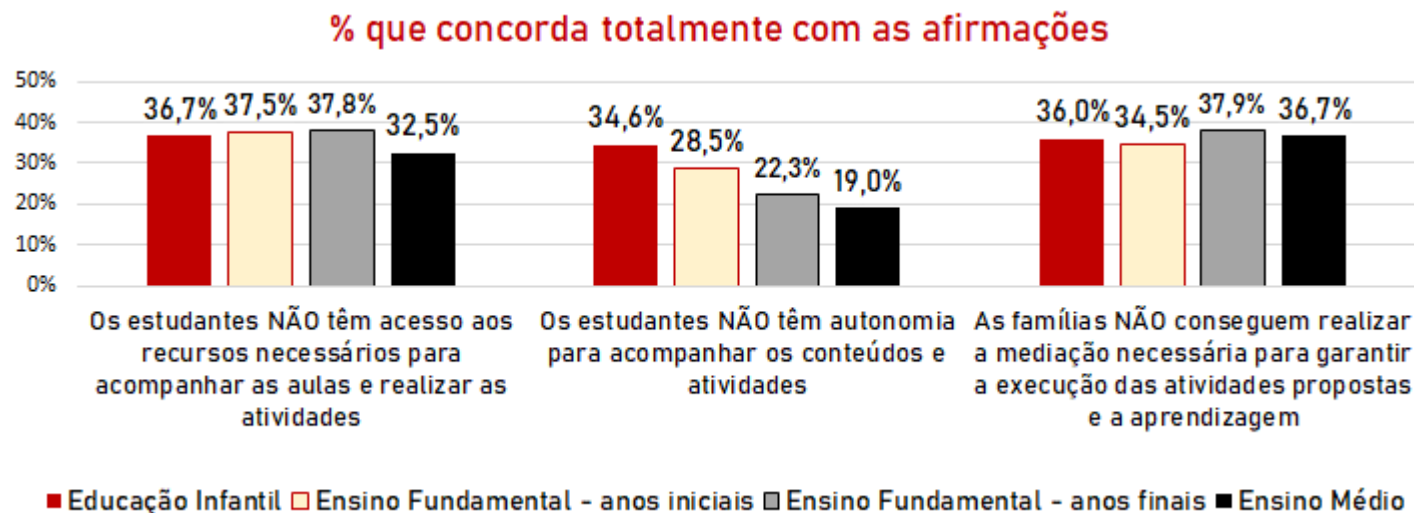
Apesar de as atividades escolares terem sido suspensas, **quase a metade (46%) desses docentes continua interagindo com os estudantes**.

RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS E PREPARO PARA O ENSINO REMOTO

A discussão sobre a oferta de ensino remoto envolve dois elementos muito importantes e que estão relacionados: saber se os docentes dispõem de recursos tecnológicos (meios de trabalho), tais como: computador, tablet, celular, internet; e qual o preparo desses profissionais para desenvolverem suas atividades de trabalho remotamente.

Na pesquisa constatamos que, embora possuam recursos tecnológicos, **mais da metade (53,6%) não possui preparo para ministrar aulas não presenciais**.

Caso precisassem realizar atividade de ensino à distância, apenas **3 a cada 10 professores(as) da Educação Básica possuem tanto recursos tecnológicos quanto preparo necessário à realização das atividades**.

AVALIAÇÃO SOBRE O ENSINO À DISTÂNCIA

Contudo, o trabalho docente remoto exige também que na outra ponta as condições de sua realização estejam asseguradas. Nesse sentido, não basta que somente os(as) professores(as) possuam os meios necessários para sua realização, mas é indispensável que os estudantes também. Na visão dos profissionais, **1 a cada 3 estudantes não possui acesso aos recursos para acompanhamento das aulas e realização das atividades**, o que constitui um entrave para a realização do ensino remoto. A situação é melhor no Ensino Médio, com o menor percentual de respondentes (32,5%), avaliou que os estudantes NÃO tinham acesso aos recursos para acompanhar as aulas remotas.

A autonomia dos estudantes para acompanhar os conteúdos e atividades aumenta à medida que se avança nas etapas/subetapas

da Educação Básica. Porém, **mesmo no Ensino Médio, 1 a cada 5 estudantes não possui autonomia para acompanhamento de aulas remotas, segundo a percepção dos(as) seus professores(as)**.

Outro dado importante é o apoio dado em casa às crianças e aos jovens para o acompanhamento das atividades de ensino. Cerca de 35% dos profissionais de todas as etapas/subetapas da Educação Básica acreditam que as famílias não conseguem colaborar para garantir a execução das atividades remotas. Essa constatação está presente mesmo entre as famílias de estudantes da Educação Infantil, que podem vir a possuir maior necessidade de apoio da família.

A realização de aulas não presenciais busca cumprir uma série de critérios relacionados à atividade educativa. Alguns relacionados a aspectos burocráticos, outros à aprendizagem.

1 a cada 3 professores(as) concordaram totalmente com o fato de que a realização de aulas à distância justifica o recebimento do salário mensal. Isso foi verificado em todas as etapas/subetapas da Educação Básica.

A realização do ensino remoto, porém, não garante a substituição das aulas presenciais. Somente 14,3% dos respondentes concordaram totalmente com o fato de que a atividade à distância garante a NÃO reposição das aulas.

12,2% dos respondentes concordaram totalmente com o fato de o ensino à distância possibilitar a continuidade dos conteúdos que precisam ser abordados.

DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ESCOLARES REMOTAS

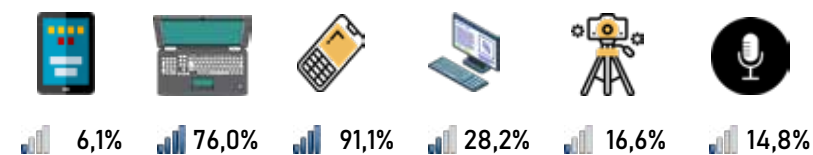
Dos participantes da pesquisa, 86% passaram a realizar atividades de ensino remotas em função do rearranjo de trabalho provocado pela pandemia da Covid-19. Contudo, foram situações novas e inesperadas que não contaram com um planejamento prévio e uma preparação específica. Seguem, adiante, as percepções dos(as) professores(as) sobre os recursos utilizados para a realização do trabalho à distância, o suporte oferecido, a forma de organização do trabalho e o relacionamento com os estudantes.

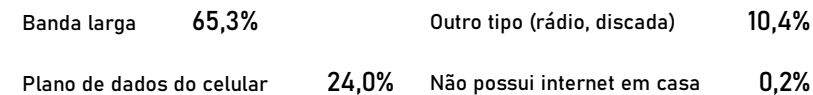
Em relação aos profissionais que desenvolvem trabalho à distância: **1 a cada 17 profissionais da Educação Infantil realizam esse trabalho na própria escola**. Muito superior, portanto, ao cenário dos(as) professores(as) do Ensino Médio, em que 1 a cada 44 profissionais exercem o trabalho na unidade escolar.

RECURSOS TECNOLÓGICOS

83% dos professores possuem recursos, em casa, para ministrar aulas não presenciais. Desses docentes, a metade compartilha os recursos com outras pessoas no domicílio e, a outra parte, faz uso exclusivo dos recursos tecnológicos.

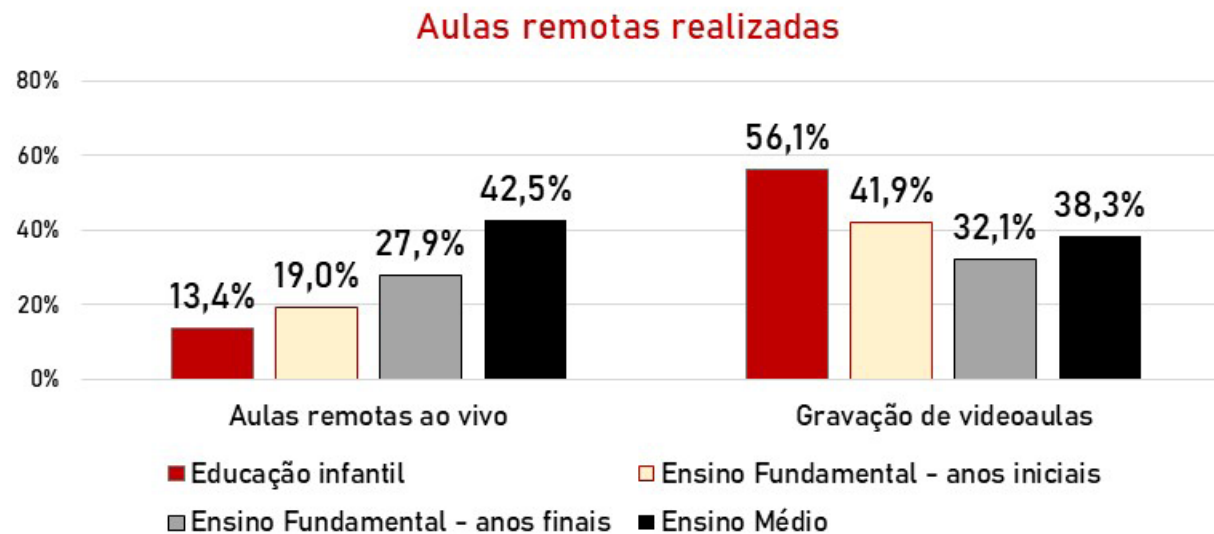
Recursos utilizados para ministar as aulas à distância

6,1% | 76,0% | 91,1% | 28,2% | 16,6% | 14,8%

Tipo de internet utilizada

Banda larga	65,3%	Outro tipo (rádio, discada)	10,4%
Plano de dados do celular	24,0%	Não possui internet em casa	0,2%

9 a cada 10 professores(as) utilizam o telefone celular na realização das aulas a distância. Em seguida aparece o *notebook*, sendo usado por 76,0% dos participantes.

Entre os dispositivos eletrônicos avaliados, o *tablet* foi o menos utilizado pelos docentes para ministrar aulas não presenciais.

2 a cada 3 participantes possuíam internet banda larga. Outros 24,0% utilizavam dados do plano de celular para ministrar as aulas remotas.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Os formatos de aula remota disponibilizados aos estudantes diferenciam entre as etapas/subetapas da Educação Básica. **Os professores(as) da Educação Infantil foram os que mais realizaram a gravação de videoaulas**, tendo sido produzidas por mais da metade dos participantes.

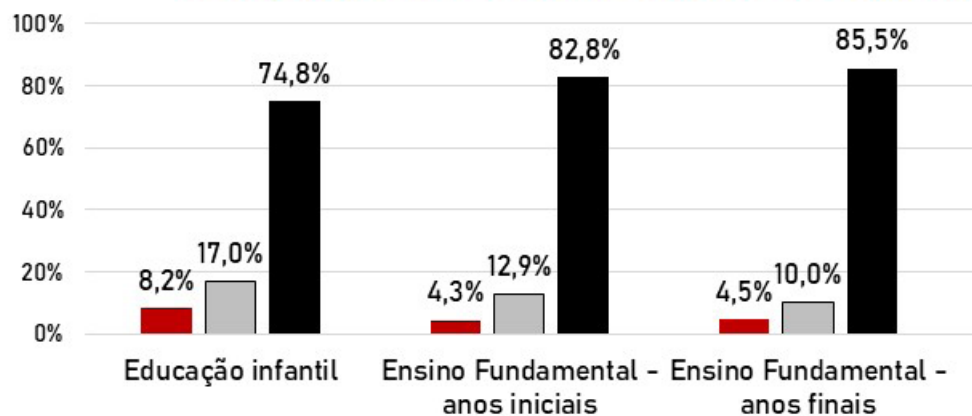
43,5% dos professores(as) do Ensino Médio realizavam aulas remotas ao vivo. Esse percentual é superior aos valores encontrados no Ensino Fundamental e na Educação Infantil, que teve somente 13,4% dos respondentes que utilizaram desse tipo de recurso.

Entretanto, o desenvolvimento das atividades não presenciais contempla diversas outras ações, como é o caso da elaboração e correção de atividades e a participação em reuniões.

9 a cada 10 professores(as) elaboravam atividades para serem enviadas aos estudantes, no período de interrupção das aulas presenciais.

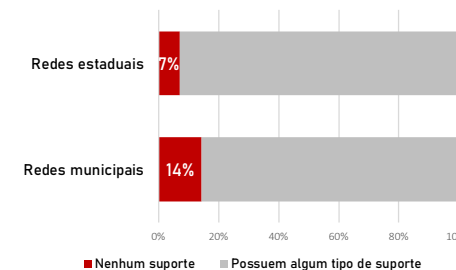
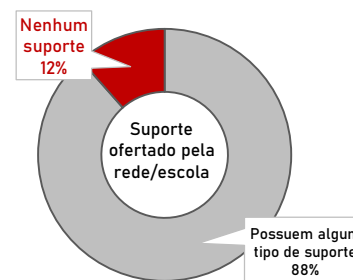
A leitura e a correção de trabalhos enviados pelos estudantes eram realizadas por 63,7% dos respondentes.

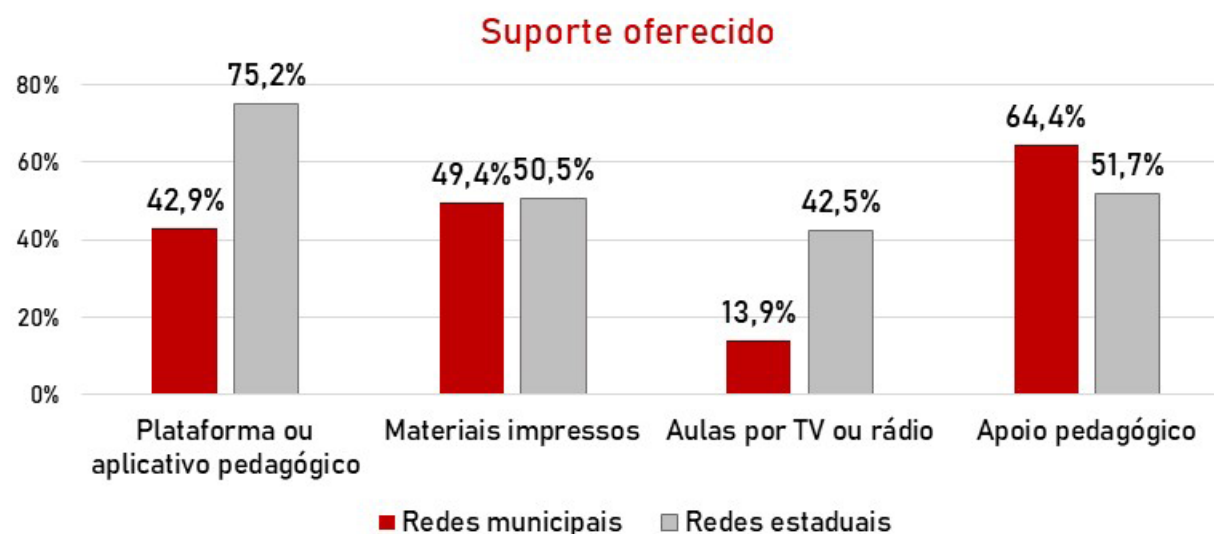
3 a cada 4 professores(as) da Educação Básica realizavam reuniões com os gestores da escola. Ainda, 57,2% participavam de reuniões com os colegas de trabalho.

Diante das diferentes tarefas realizadas para o ensino remoto, como os(a) professores(as) avaliam as mudanças na sua rotina de trabalho usual com as atividades desenvolvidas nas aulas presenciais?

A percepção da maioria dos(as) professores(as) é de que houve um aumento nas horas de trabalho.

O aumento das horas de trabalho gastas na preparação das aulas não presenciais ocorreu para a grande maioria dos(as) professores(as) de todas as etapas/subetapas da Educação Básica.

A visão de que o trabalho a distância diminui as horas de trabalho é a percepção da minoria dos respondentes, sendo que o está mais presente entre os docentes da Educação Infantil.

SUPORTE INSTITUCIONAL

A proporção de professores(as) das Redes Municipais de Ensino (14%) que não dispõem de nenhum tipo de suporte para a realização de atividades não presenciais é o dobro do que aqueles das Redes Estaduais de Ensino (7%). Mais uma vez, observa-se diferença significativa entre a dependência administrativa a qual a escola está vinculada.

À medida que se avança nas etapas/subetapas da Educação Básica, aumenta a cobertura de suporte oferecido aos docentes. Assim, a pior situação refere-se à Educação Infantil, em que 15% não possuem suporte, e a melhor, no Ensino Médio (9%).

Os tipos de suporte oferecidos aos docentes para a realização das atividades não presenciais variam de acordo com a rede de ensino.

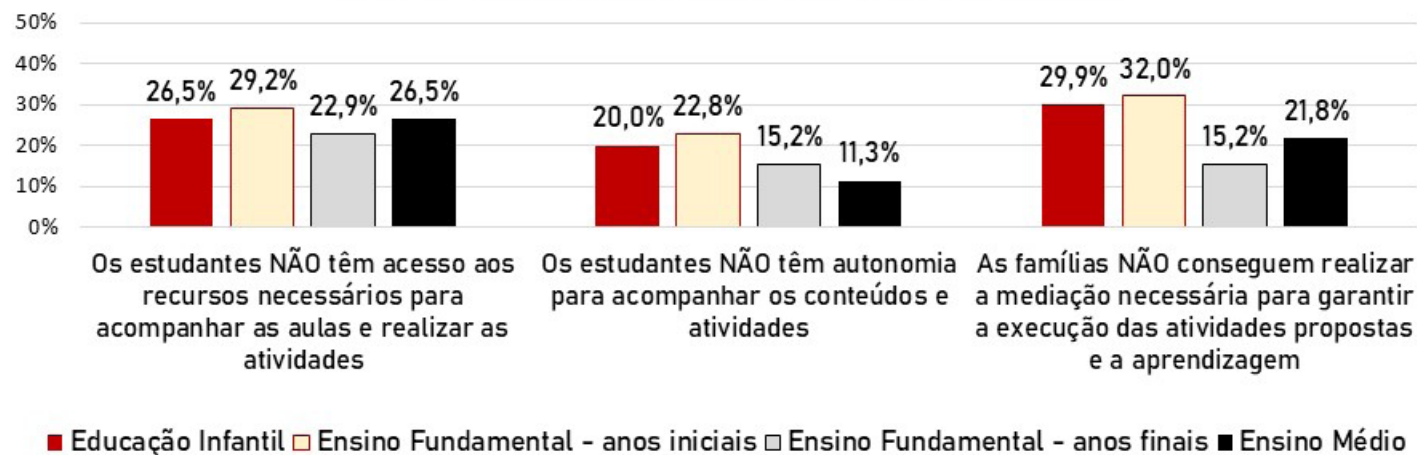
3 a cada 4 professores(as) das Redes Estaduais de Ensino possuíam plataformas ou aplicativos pedagógicos para a oferta das aulas remotas. A disponibilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem foi menos comum entre os docentes das Redes Municipais de Ensino.

O apoio pedagógico foi o tipo de suporte mais ofertado pelas Redes Municipais de Ensino aos docentes. Dentre os respondentes, 3 a 4 professores(as) tiveram acesso a esse serviço de apoio à realização das atividades não presenciais.

RELAÇÃO COM OS ESTUDANTES

Somente 16,0% dos(as) professores(as) participantes da pesquisa avaliaram que não houve perdas em relação à participação dos estudantes nas atividades propostas. Isso é, o envolvimento dos discentes manteve-se o mesmo ou, até mesmo, aumentou.

O cenário imposto pela pandemia de Covid-19 influenciou de forma mais negativa no Ensino Médio (45,8%) e nos anos finais do Ensino Fundamental (44,5%). Em torno de 45% dos estudantes diminuíram drasticamente a participação nas atividades propostas.

A diminuição drástica da participação dos estudantes foi percebida por 34,1% dos(as) professores(as) da Educação Infantil e 29% dos respondentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Para a realização do trabalho docente remoto, não basta que somente os(as) professores(as) possuam os meios necessários para sua realização. É indispensável que os estudantes também os tenham.

Na visão geral dos profissionais, **1 a cada 4 estudantes não possui acesso aos recursos para acompanhamento das aulas e realização das atividades**, o que constitui um entrave para o ensino remoto. A situação é um pouco melhor nos anos finais do Ensino Fundamental, em que 22,9% dos respondentes avaliaram que os estudantes não têm acesso a tais recursos.

A autonomia dos estudantes para acompanhar os conteúdos e atividades é menor nas duas primeiras etapas/subetapas da Educação Básica. **Embora a situação seja melhor no Ensino Médio, ainda assim, 11,3% dos estudantes não possuem autonomia para acompanhamento de aulas remotas, segundo a percepção dos(as) seus professores(as)**.

Cerca de 30% dos profissionais da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental acreditam que as famílias não conseguem colaborar para garantir a execução das atividades remotas.

Quanto aos aspectos burocráticos e relacionados à atividade educativa, seguem alguns resultados sobre a realização de aulas não presenciais:

Em todas as etapas/subetapas da Educação Básica, praticamente a metade dos(as) professores(as) concordou totalmente com o fato de que a realização de aulas a distância justifica o recebimento do salário mensal. Essa parcela é bem superior à avaliação feita pelos profissionais que não excerciam atividades de ensino remoto.

A realização do ensino remoto, porém, não garante a substituição das aulas presenciais. Somente 17,5% dos respondentes concordaram totalmente com o fato de que a atividade a distância garante a NÃO reposição das aulas.

16,0% dos respondentes concordaram totalmente com o fato de o ensino a distância possibilitar a continuidade dos conteúdos que precisam ser abordados. Ou seja, eles possuem uma avaliação mais positiva sobre esse aspecto em relação àqueles que tiveram as aulas suspensas (12,2%).

NOTAS CONCLUSIVAS

Esperamos que os resultados obtidos com a pesquisa "Trabalho Docente em Tempos de Pandemia" possam contribuir para o debate atual sobre como a educação básica pública no Brasil pode enfrentar as restrições impostas pelo isolamento social em decorrência da COVID 19. A abrangência de cobertura da pesquisa, considerando a quantidade de respondentes e a distribuição por todos os estados do país, bem como a variedade de situações encontradas nas respostas dos participantes contribuem para o maior conhecimento do conjunto complexo que envolve a realidade atual da oferta de educação básica pública nos estados, Distrito Federal e municípios do Brasil.

A situação é completamente nova e inesperada, ou seja, ninguém estava preparado para enfrentar os desafios que a pandemia nos impõe. O que a pesquisa nos mostra é que as redes públicas de ensino adotaram estratégias diversas, incluindo desde aulas remotas a suspensão das atividades letivas, passando por outras formas de interação com os estudantes. Os docentes foram convocados, na maioria dos casos, a realizarem seu trabalho de outra maneira, em outros contextos, inclusive virtual, adaptando suas atividades, desenvolvendo habilidades para lidar com novas ferramentas e metodologias para responder a essa situação inteiramente inusitada.

Essas adaptações exigiram esforços que não podem ser desprezados. A maioria desses profissionais não recebeu qualquer formação para o desenvolvimento dessas atividades. Entretanto, percebe-se que o compromisso desses professores(as) com seus estudantes tem orientado a busca de meios para tornar a oferta educativa possível. Essa experiência pode significar um importante crescimento e amadurecimento profissional, mas ela também é geradora de tensões e angústias para os docentes.

Os problemas já conhecidos que envolvem a oferta de educação básica pública no país foram evidenciados neste contexto de pandemia. A precariedade de muitas escolas, a ausência de profissionais em número suficiente, a falta de suporte das redes de ensino, os problemas relacionados às condições sociais e econômicas das famílias são fatores que dificultam a busca de alternativas para enfrentar a pandemia e o retorno às atividades presenciais.

Os resultados desta pesquisa deverão ainda ensejar novos estudos e análises no âmbito acadêmico que poderão contribuir para o conhecimento desta situação nova. Para o momento, consideramos que as informações fornecidas pela pesquisa são relevantes para se considerar no momento do retorno às atividades presenciais. Dada a destacada desigualdade econômica e social do país e os problemas de infraestrutura das escolas, faz-se necessário o exame rigoroso de cada caso com o fim de evitar generalizações que podem incorrer em graves injustiças.

A busca de soluções no plano imediato requer amplo diálogo envolvendo toda a comunidade educacional e outros setores da sociedade. A pesquisa acadêmica pode auxiliar nesse diálogo dispondo de conhecimentos responsáveis para a análise dos problemas.

Esperamos que os resultados da pesquisa possam contribuir para a elaboração de políticas consequentes que promovam a melhoria das condições de trabalho desses profissionais e para a melhoria da oferta educativa de seus estudantes.

Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO/UFMG)

Coordenadora:
Dalila Andrade Oliveira

Vice coordenadoras:
Adriana Araújo Pereira Borges
Lívia Maria Fraga Vieira

Estatístico:
Edmilson Antonio Pereira Junior

Pesquisadores:
Adriana Maria Cancella Duarte
Alexandre William Barbosa Duarte
Ana Maria Alves Saraiva
Ana Maria Clementino Jesus e Silva
Anna Rachel Mendes Gontijo Mazoni
Aylanna Soares Araújo
Celsiane Aline Vieira Araújo
Cláudia Starling Bosco
Danilo Marques Silva
Deise Rosálio Silva
Gustavo Soares Araújo
Henrique Oliveira Rachid Cançado
Jonas Aron Cardoso Diniz
Josiane Pereira Torres
Juliana de Fátima Souza
Kildo Adevair dos Santos
Lucas Felicetti Rezende
Maikel Pons Giralt
Maíra Lana Kascher Santos
Maria Helena Oliveira Gonçalves Augusto
Maria Luísa da Silva Amâncio
Naiane Alves de Almeida
Sâmara Carla Lopes Guerra de Araújo
Sofia Constança Penido Miranda
Sulivan Ferreira de Souza
Tiago Antônio da Silva Jorge

www.**gestrado**.net.br
instagram.com/**gestradoufmg**
Endereço: Av. Antonio Carlos, 6627 - UFMG Campus Pampulha - Belo Horizonte (MG) - Brasil - CEP: 31270-901